



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

320
JP

Embargos de Declaração na apelação n. 325047-5

Embargante: CELPE – Companhia Energética de Pernambuco

Embargados: Manoel José da Silva e outro

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

Ementa: Embargos de declaração em recurso de agravo na apelação. Matérias já tratadas no acórdão embargado. Prequestionamento implícito. Omissão inexistente. Rediscussão da matéria. Embargos conhecidos, mas rejeitados à unanimidade.

1. A matéria já se encontra prequestionada implicitamente pelo enfrentamento das questões no acórdão, embora sem indicação expressa dos dispositivos de lei que o fundamentaram. Precedentes do STJ.
2. Na realidade, percebe-se ser pretensão da CELPE rever as considerações e fundamentos integrantes da decisão recorrida, conduta vedada em sede de embargos.
3. Embargos de declaração conhecidos, mas rejeitados à unanimidade.

ACÓRDÃO: Vistos, examinados, discutidos e votados estes autos do Embargos de Declaração n. 325047-5, em que figuram como embargante e embargados as partes acima indicadas, **ACORDAM** os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco que compõem a 3ª. Câmara Cível, unanimemente, em rejeitar os embargos de declaração na conformidade do relatório, voto e ementa que integram este julgado.

Recife,


EDUARDO SERTÓRIO CANTO

Desembargador Relator



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração na apelação n. 325047-5

Embargante: CELPE – Companhia Energética de Pernambuco

Embargado: Manoel José da Silva e outro

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

RELATÓRIO

Trata-se de embargos de declaração interpostos por **CELPE** contra acórdão de fls. 294/296, de minha relatoria.

Adoto o relatório da decisão agravada, adiante transcrito:

"Ação: Manoel José e ENICI G. DE AMORIN – RAÇÕES – ME (BOCAS E BICOS RAÇÕES), propuseram ação declaratória de inexistência de débito c/c pedido de indenização por danos morais contra a CELPE, no rito sumário.

Os autores aduziram ter a CELPE cortado de forma indevida o fornecimento de energia elétrica do estabelecimento comercial em 09.07.2008. Isso porque, o não pagamento do débito no valor de R\$ 2.668,96, com vencimento em 30.04.2008, que motivou o corte teria sido efetuado sem prévio aviso e gerado ilicitamente por consumo presumido em razão de suposta irregularidade apurada unilateralmente.

Assim, requereu a desconstituição do débito, a religação do fornecimento de energia elétrica e, por fim, indenização por danos morais.

Decisão interlocutória (às fls. 88/96): **concedeu a liminar** pretendida, no sentido de determinar à CELPE restabelecer o fornecimento de energia elétrica e se abster de efetuar novas suspensões no imóvel.

Sentença (às fls. 196/199): confirmando a liminar deferida julgou **procedente** os pedidos, declarando inexistente o débito contestado, bem como para condenar a CELPE ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 10.000,00. Condenou, ainda, a Celpe ao pagamento das custas e honorários advocatícios, fixados na razão de 15% sobre o valor da condenação.

No momento cuido de apelação interposta pela CELPE contra sentença prolatada pelo Juízo da 27ª Vara Cível da Comarca do Recife.

Decisão dos embargos de declaração (às fls. 214/215): sanou omissão estabelecendo juros de mora de 1% ao mês desde a citação até o efetivo pagamento e correção monetária pela tabela da ENCOGE, desde a data da sentença.

Apelação da CELPE (fls. 133/150): **Sem preliminares. No mérito**, pugna a CELPE pela reforma da decisão, aduzindo, em síntese, pela legalidade do procedimento adotado, e pelo afastamento da condenação de indenização por danos morais, pois não houve corte no fornecimento de energia.

Contrarrrazões (às fls. 235/255): pugna pela manutenção do julgado em todos os seus termos."

E acrescento:

Decisão colegiada às fls. 294/296: **negou provimento** ao apelo, por unanimidade, em razão do corte indevido no fornecimento de energia elétrica (Súmula n. 13 do TJPE).

A **CELPE** opôs os presentes embargos de declaração alegando omissão do art. 6º, §3º, II, da Lei n. 8.987/95 e art. 17 da Lei n. 9.427/96. Por fim, requereu, para fins de prequestionamento, sejam recebidos, conhecidos e acolhidos os presentes embargos de declaração.

É o relatório. Feito fora de pauta.

Recife,



EDUARDO SERTÓRIO CANTO
Desembargador Relator

**TJPE****GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL**

319

Embargos de Declaração na apelação n. 325047-5

Embargante: CELPE – Companhia Energética de Pernambuco

Embargado: Manoel José da Silva e outro

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

VOTO

Como é cediço, cabem embargos de declaração quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição ou omissão. Ou seja, apenas havendo tais hipóteses é cabível o presente recurso.

A CELPE opôs os presentes embargos de declaração alegando omissão do art. 6º, §3º, II, da Lei n. 8.987/95 e art. 17 da Lei n. 9.427/96. Por fim, requereu, para fins de prequestionamento, sejam recebidos, conhecidos e acolhidos os presentes embargos de declaração.

Na realidade, percebe-se ser pretensão da CELPE rever as considerações e fundamentos integrantes da decisão recorrida, conduta vedada em sede de embargos.

Se a recorrente não se conforma com os termos do julgado deve manejar o recurso de reforma que for cabível, não se prestando os embargos de declaração para esses fins.

Nesse sentido, tem-se pronunciado este Tribunal de Justiça, como se verifica do aresto adiante, da relatoria do Desembargador Sílvio de Arruda Beltrão:

PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÕES CÍVEIS - IMPROVIMENTO DO APELO INTERPOSTO PELO BANCO E PROVIMENTO DO APELO DA PARTE ADVERSA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE - INEXISTÊNCIA - AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS DE EMBARGABILIDADE - REJEIÇÃO - DECISÃO INDISCREPANTE. **É impossível, em sede de aclaratórios, revisitar questão já analisada e rejeitada em julgamento anterior; Os embargos de declaração destinam-se a desfazer obscuridades, afastar contradições e a suprir omissões que se registrem, porventura, no acórdão, revelando-se incabíveis quando inexistentes os vícios que dão azo a constituição dos pressupostos de embargabilidade** (CPC, art. 535). (Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, Embargos de Declaração 141895-7/01, 3ª Câmara Cível, Relator: Desembargador Sílvio de Arruda Beltrão). (original sem destaques)

Tal entendimento é dominante, também, no STJ, como se verifica pelo seguinte julgado:

TRIBUTÁRIO - COFINS - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AGRAVO DE INSTRUMENTO INTEMPESTIVO - PROTOCOLO NO CORREIO - AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Os declaratórios em questão revelam apenas o inconformismo da parte com o deslinde da causa, que flagrantemente almeja efeitos modificativos, o que não se admite nesta via.

2. Os embargos declaratórios têm seu cabimento delineado pela presença dos pressupostos legais arrolados no artigo 535 do Código de Processo Civil. Não havendo omissão, contradição ou obscuridade no acórdão a que se embarga, não há como prosperar a irresignação, pois tal recurso é incompatível com a pretensão de se obter efeitos infringentes. (omissis)

Ademais, não há se falar em ausência de prequestionamento, pois a matéria se encontra enfrentada implicitamente, inclusive com base em forte posição jurisprudencial. O STJ admite tal possibilidade, conforme se depreende de posicionamento reiterado abaixo transcrito:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. PROPÓSITO INFRINGENTE. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. MULTA DIÁRIA. ASTREINTES. VALOR. EXCESSO. RAZOABILIDADE. PROPORCIONALIDADE. POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO. **PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. ADMISSÃO.** I. A multa por descumprimento de decisão judicial não pode ensejar o enriquecimento sem justa causa da parte a quem favorece, devendo ser reduzida a patamares razoáveis. II. **Admite-se o prequestionamento implícito, configurado quando a tese jurídica defendida pela parte é debatida no acórdão recorrido.** III. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, sendo negado provimento a este.

(1041518 DF 2008/0061890-0, Relator: Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, Data de Julgamento: 22/03/2011, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 25/03/2011) (original sem destaques)

Assim, em razão da matéria já se encontrar devidamente prequestionada, e diante da impossibilidade de rediscussão das questões já analisadas e rejeitadas no julgado anterior, não há qualquer razão para interposição dos embargos de declaração.

Diante do exposto, conheço, mas **REJEITO** os presentes embargos de declaração, mantendo a decisão embargada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 29.5.17

EDUARDO SERTÓRIO CANTO
Desembargador Relator